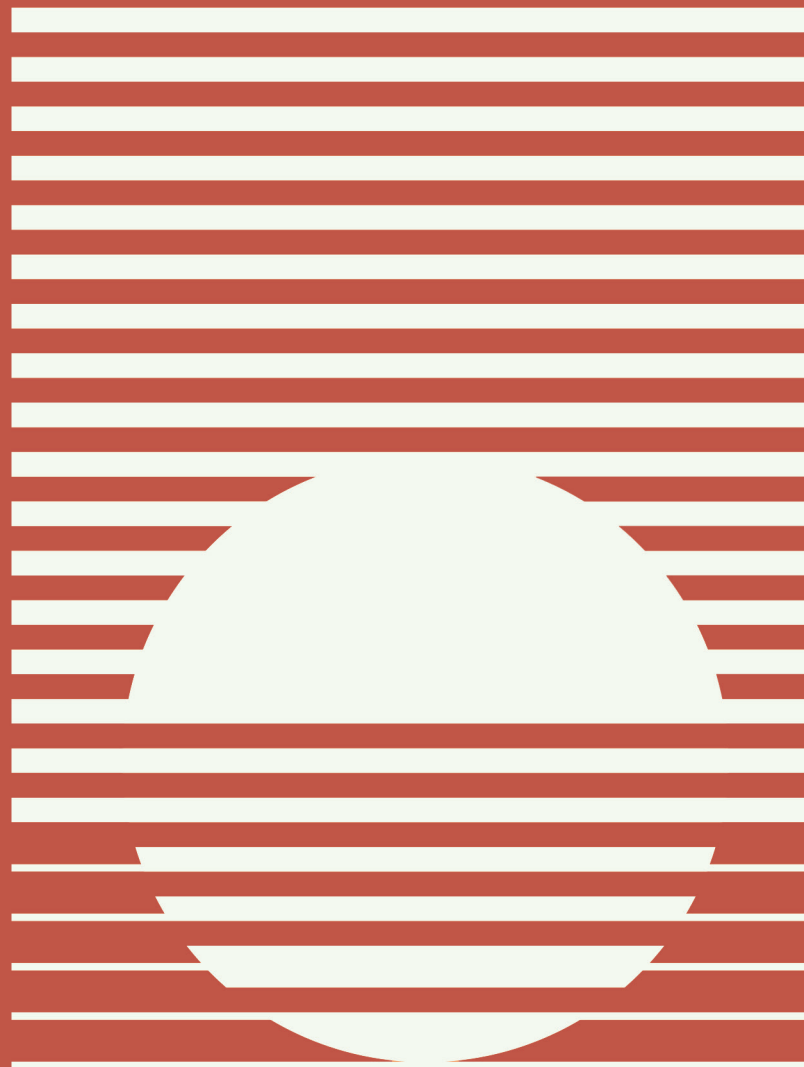


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



07
2017

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Editor Adjunto: Hugo Bras Martins da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Timóteo Saba M'bunde.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

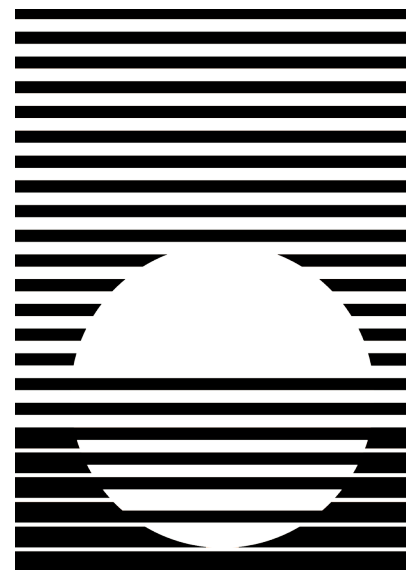
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil tem atuação tímida na Cúpula do G-20 em Hamburgo
BRICS defendem abertura de mercado e acordo climático
A questão ambiental no Brasil e na América Latina

Página 05

Constituinte na Venezuela ocorre em meio a protestos
Posicionamento dos Estados sobre a Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela
Posição de atores não tradicionais em política externa sobre a Constituinte venezuelana

Página 06

Reunião Extraordinária do Mercosul discute crise na Venezuela
Avanço das negociações do Mercosul com a União Europeia

Página 07

Peru logra avanços nas relações bilaterais com países vizinhos
Guiana e Bolívia elevam seus potenciais energéticos
Ecos da Guerra Fria

Página 08

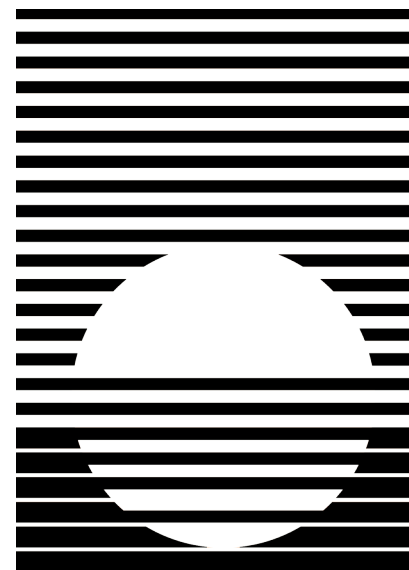
China e Rússia apresentam plano para reduzir tensões na península coreana
Cooperação chinesa continua crescendo na África
Países do "Sul Global" e o Pacto pelo Clima através de universidades

Página 09

Crises econômicas impactam fluxos migratórios
Anistia Internacional e ONU emitem alertas sobre direitos humanos

Página 10

Os 110 anos de Frida Kahlo e os direitos das mulheres nas relações internacionais



Brasil tem atuação tímida na Cúpula do G-20 em Hamburgo

No início de julho, reuniu-se em Hamburgo, na Alemanha, a Cúpula do G-20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo e pela União Europeia. Michel Temer, presidente do Brasil, havia cancelado sua participação, mas decidiu comparecer de última hora, gerando confusão na divulgação do programa à imprensa. A informação circulada foi que Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, seria o chefe da delegação brasileira, arranjo previsto antes de Temer decidir viajar. Além disso, o presidente brasileiro causou polêmica na sua chegada à cidade, ao declarar no dia 07 de julho que não existe uma crise econômica no Brasil. Temer não teve nenhum compromisso bilateral marcado e o encontro previsto com Angela Merkel, Chanceler alemã, não aconteceu. O atual presidente brasileiro voltou ao país no dia 08 de julho, antes do fim das atividades da Cúpula, não comparecendo a última sessão com os outros líderes mundiais e a emissão do comunicado conjunto, tradição que encerra os encontros do G-20. A imprensa brasileira afirmou que houve um “vácuo” deixado pelo Brasil na Cúpula em razão da crise interna. Por outro lado Mauricio Macri, presidente da Argentina, teve atuação significativa. Este país assumiu a presidência do G-20 e foi escolhido como anfitrião da próxima Cúpula em 2018.

Fontes: [Clarín](#), 06/07/2017; [Folha](#), 06/07/2017; [Folha](#), 06/07/2017; [Folha](#), 07/07/2017; [Folha](#), 08/07/2017; [Folha](#), 09/07/2017; [La Nación](#), 09/07/2017.

BRICS defendem abertura de mercado e acordo climático

Em 07 de julho, horas antes do início dos trabalhos da Cúpula do G-20 em Hamburgo, na Alemanha, os Estados membros do BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) reuniram-se e divulgaram comunicado oficial em que solicitaram que o G-20 pressionasse pela implementação do Acordo Climático de Paris e apoiasse um sistema de comércio multilateral aberto, inclusivo e com regras que sigam os princípios de transparência e de não discriminação. O documento também enfatiza a necessidade de redistribuição mais justa do poder decisório na governança desses regimes, aumentando a representação de mercados emergentes e países em desenvolvimento nas instituições financeiras e econômicas globais. Além da definição de posicionamentos multilaterais para o Fórum do G-20, durante o encontro foram tratadas questões preparatórias para a Cúpula dos BRI-

CS que será realizada em setembro de 2017 na cidade chinesa de Xiamen, sinalizando um novo engajamento dos Estados membros do bloco, apesar das tensões fronteiriças entre China e Índia ocorridas em meados de junho e que ainda repercutem na região. Durante a reunião o presidente chinês, Xi Jinping, defendeu que os membros do BRICS devem consolidar o papel do G-20 como principal plataforma para a cooperação econômica internacional e solicitou que os integrantes do bloco promovam o desenvolvimento comum e busquem maior apoio internacional para países africanos. Além disso, pediu que Brasil, Rússia, Índia e China defendam firmemente o multilateralismo e busquem a resolução pacífica de disputas regionais.

Fontes: [EBC](#) 07/07/2017; [Valor Econômico](#) 07/07/2017; [Estado de Minas](#) 07/07/2017; [Estadão](#) 07/07/2017; [Folha de São Paulo](#) 07/07/2017.

A questão ambiental no Brasil e na América Latina

Os conflitos ambientais no Brasil acirraram ainda mais as tensões pela terra no estado do Pará. Dois caminhões-cegonha, que transportavam viaturas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foram alvo de emboscada próximo à Floresta Nacional do Jamanxim. Atualmente, esta floresta integra a região mais crítica de desmatamento na Amazônia, em parte pela proximidade com a BR-163 que concentra diferentes interesses de madeireiros, garimpeiros e ruralistas em conflito com indígenas, ambientalistas e agentes do Estado. Todavia, o governo de Michel Temer articulou-se para aprovar a Medida Provisória 759, conhecida como MP da Grilagem, regularizando terras públicas invadidas, ocupadas e griladas. A aprovação desta Medida Provisória é contrária às leis de proteção e licenciamento ambiental, e impacta na conservação do Jamanxim e de suas comunidades locais. Neste sentido, organismos internacionais têm demonstrado preocupação com o Brasil e a região latino-americana nos debates sobre o clima e sobre as metas do Acordo de Paris. Em razão da saída dos EUA, anunciada pelo governo de Donald Trump, o representante da Organização das Nações Unidas para a Redução das Emissões pelo Desflorestamento e Degradação das Florestas (UN-Redd) na América Latina, Gabriel Labbate, afirmou que a região deverá impulsionar seus programas contra a mudança climática mediante alianças público-privadas e políticas governamentais mais eficazes. O desafio é debater e implementar junto à sociedade planos de mitigação e adaptação cujas di-

retrizes sejam o desenvolvimento social, conservação e uso sustentável de florestas. Segundo a UN-Redd, a América Latina perde a cada ano 2,18 milhões de hectares de florestas por fatores como desflorestamento, agricultura e desenvolvimento urbano. Ações como a aprovação da MP da Grilagem no Brasil podem contribuir para o aumento deste dado.

Fontes: [Agência Pública](#) 05/07/2017; [EBC](#) 07/07/2017; [Estado de S. Paulo](#) 07/07/2017; [Uno Magazine](#), 07/07/2017; [Latin American Post](#) 11/07/2017; [Telesur](#) 16/07/17; [Diário do Comércio](#) 19/06/2017.

Constituinte na Venezuela ocorre em meio a protestos

No dia 30 de julho, a Venezuela realizou uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), com o objetivo de alterar a Constituição atual, promulgada no governo de Hugo Chávez, em 1999. Ao longo do mês de julho, a crise no país já mostrava sinais de agravamento. No dia 05 de julho, a Assembleia Nacional, de maioria opositora, foi invadida por grupos apoiadores do governo de Nicolás Maduro, resultando na agressão de jornalistas e de políticos da oposição. O presidente do país rechaçou o ocorrido e a violência política. Em 21 de julho, a Assembleia Nacional nomeou 33 novos juizes para o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), por considerar a atual composição da corte ilegítima, visto que foi nomeada pelo antigo parlamento, em dezembro de 2015. O TSJ anulou a nomeação. Neste contexto, foi realizada a votação da ANC, em meio a protestos e confrontos, a oposição decidiu não participar do processo, que contou apenas com candidatos governistas. Em 1º de agosto, Antonio Ledezma e Leopoldo López, políticos da oposição em prisão domiciliar, foram levados ao presídio militar de Ramo Verde, acusados de planejar uma fuga. Entretanto, ambos foram levados de volta a suas casas ainda na mesma semana. No dia 02 de agosto, a empresa Smartmatic, responsável pela contagem de votos no país, constatou distorções nos números anunciados e sugeriu a necessidade de investigação. O Conselho Nacional Eleitoral rechaçou as declarações e reafirmou a legitimidade da votação. Os candidatos eleitos tomaram posse no dia 04 de agosto, sendo que Delcy Rodríguez, ex-chanceler da Venezuela, tornou-se presidente da ANC. Uma das primeiras ações dos eleitos foi destituir a Procuradora Geral do país, Luisa Ortega Díaz, que vinha acentuando suas críticas ao governo Maduro nos últimos meses, acusando-o de violações dos direitos humanos, corrupção, crimes de lesa-humanidade e fraude eleitoral. Ortega Díaz afirmou desconhecer as decisões da ANC, considerando-as um golpe contra a Constituição. Ainda no dia 06 de agosto, o Forte Paramacay, no norte do país, foi tomado por um grupo de militares contrários ao

governo, que acabaram rendidos pelo exército.

Fontes: [El Nacional](#), 05/07/2017; [El Universal](#), 21/07/2017; [El Universal](#), 01/08/2017; [El Universal](#), 02/08/2017; [El Nacional](#), 06/08/2017; [El Universal](#), 06/08/2017.

Posicionamento dos Estados sobre a Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela

Em 31 de julho, a Secretaria de Relações Exteriores do governo mexicano divulgou um comunicado no qual afirma não reconhecer o resultado do pleito na Venezuela. Na percepção da chancelaria mexicana, seguir adiante com a Assembleia Constituinte vai contra os princípios democráticos reconhecidos universalmente, que não aderem à Constituição da República e que aprofundam a crise, significando a continuação do conflito na Venezuela. No mesmo sentido EUA, Espanha, Argentina, Colômbia, Peru, Paraguai, Panamá e Costa Rica anunciaram que não reconhecerão a legitimidade do processo eleitoral venezuelano. Chile e Canadá também expressaram objeções à eleição da Constituinte. O governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores, pediu a suspensão da Constituinte, apesar da eleição. O Itamaraty afirma que o governo da Venezuela não respeitou o desejo de seu povo e lamentou que os pedidos de atores e organismos internacionais para que a eleição fosse cancelada não tenham sido atendidos. Por outro lado, Rússia, Bolívia e El Salvador se posicionaram a favor da Constituinte. O governo russo afirmou em comunicado que espera que os representantes regionais e internacionais que não querem reconhecer os resultados das eleições na Venezuela e que aparentemente desejam aumentar as pressões econômicas sobre Caracas, mostrem contenção e renunciem a estes planos destrutivos que podem aguçá-la a polarização da sociedade venezuelana.

Fontes: [G1](#) 30/07/2017; [El Universal](#) 31/07/2017; [O Globo](#) 31/07/2017; [EBC](#) 31/07/2017.

Posição de atores não tradicionais em política externa sobre a Constituinte venezuelana

Além do parecer oficial de Estados sobre a crise venezuelana, a reação de atores não tradicionais em política externa também repercutiu na mídia durante o mês de julho. No Brasil, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, emitiu em 31 de julho nota

de repúdio à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) na Venezuela e declarou que a Câmara brasileira não reconhece qualquer ato jurídico desta Assembleia. Por outro lado, no dia 19 de julho, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) já haviam declarado apoio ao governo de Nicolás Maduro e à convocação da ANC ao subscreverem a resolução final do 23º Encontro do Foro de São Paulo, organização que reúne partidos de esquerda da América Latina. Na Bolívia, enquanto a posição oficial do país é de apoio ao governo de Maduro, senadores e o ex-presidente Jorge Quiroga manifestaram, também em 31 de julho, repúdio aos atos do governo venezuelano e criticaram o respaldo do presidente Evo Morales à Maduro. No Chile, diversos partidos e senadores aderiram a uma denúncia, realizada no dia 18 de julho, contra o presidente venezuelano no âmbito da Corte Penal Internacional de Haia devido às mortes de manifestantes. Vários parlamentares colombianos também corroboraram a denúncia. Congressistas mexicanos e peruanos, além do ex-presidente do Peru, Alan García, deram declarações em tom crítico ao governo venezuelano e à violência no país.

Fontes: [La República](#), 06/07/2017; [Emol](#), 18/07/2017; [Estadão](#), 22/07/2017; [Estadão](#), 31/07/2017; [El Deber](#), 31/07/2017; [El Universal](#), 31/07/2017; [La Razón](#), 31/07/2017; [La República](#), 31/07/2017.

Reunião Extraordinária do Mercosul discute crise na Venezuela

No dia 22 de julho aconteceu a 50ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, na qual foi emitida declaração dando prazo de nove dias para que o governo da Venezuela suspendesse as eleições marcadas para 30 de julho. O documento que resultou desta reunião, realizada em Mendonza, imprimiu uma nota de conteúdo mais brando. O presidente uruguaio, Tabaré Vazquez, demonstrou resistência a declaração do chanceler argentino, Jorge Faurie, que defendia uma advertência mais dura ao governo de Nicolás Maduro. Ainda como último recurso, antes da suspensão da Venezuela do bloco sob justificativa de rompimento com a cláusula democrática, o Mercosul solicitou reunião com o governo venezuelano e a oposição do país, que seria realizada no Brasil. Contudo, a ocorrência da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) no dia 30 de julho impulsionou o Ministério de Relações Exteriores brasileiro a convocar os demais chanceleres do Mercosul para uma reunião, ocorrida no dia 05 de agosto, em que se decidiu pela suspensão da Venezuela do bloco.

No dia 06 de agosto, o governo boliviano rechaçou esta decisão de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – países membros fundadores do Mercosul. A negativa foi no sentido de não ter havido consulta prévia. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores boliviano a medida violou o artigo seis do Protocolo de Ushuaia que prevê consenso para implementação da cláusula democrática. O governo de Evo Morales afirmou não compartilhar dos argumentos utilizados para suspensão da Venezuela, uma vez que a convocação da ANC seria reflexo do espírito democrático do país. A suspensão vigora enquanto for mantida a alegação, por parte dos membros fundadores do Mercosul de que houve ruptura da ordem democrática. Contudo, o Presidente venezuelano Nicolás Maduro garantiu que o país irá continuar no bloco, apesar da suspensão.

Fontes: [La Nación](#), 22/07/2017; [Clarín](#), 28/07/2017; [La Nación](#), 30/07/2017; [Clarín](#), 31/07/2017; [Agência Brasil](#), 02/08/2017; [O Globo](#), 03/08/2017; [O Globo](#), 05/08/2017; [La Nación](#), 06/08/2017; [O Globo](#), 06/08/2017; [O Globo](#), 06/08/2017.

Avanço das negociações do Mercosul com a União Europeia

Na semana do dia 21 de julho aconteceu a 50ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, na cidade de Mendonza, Argentina. Dentre os temas prioritários que figuravam na agenda da reunião estava o Tratado de Livre Comércio (TLC) com a União Europeia (UE). Os esforços de negociação entre o Mercosul e a UE completam 18 anos em 2017 e parecem estar perto de se concretizarem. Dois encontros entre os blocos foram realizados no início de julho, em Bruxelas e Madrid, nos quais se buscou discutir os termos do TLC. Os negociadores de ambas as partes esperam chegar a um consenso com relação ao texto do convenio em novembro para apresentá-lo na Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que terá lugar em Buenos Aires em dezembro de 2017. Contudo, os governos da França, Irlanda e Polônia se mostram contrários e reprovam a tentativa de liberação comercial entre os blocos, sobretudo no que tange ao livre acesso dos produtos agrários e agropecuários dos países sul-americanos no mercado europeu, uma vez que representam parte importante de seus mercados internos.

Fontes: [La Nación](#), 04/07/2017; [La Nación](#), 08/07/2017; [La Nación](#), 18/07/2017; [Clarín](#), 20/07/2017; [ABC Color](#), 21/07/2017; [Clarín](#), 31/07/2017; [La Nación](#), 06/08/2017; [La Nación](#), 06/08/2017.

Peru logra avanços nas relações bilaterais com países vizinhos

No mês de julho foi resolvida a crise diplomática entre Peru e Equador, deflagrada com o início da construção de um muro na região fronteira separando cidades vizinhas dos dois países. Após Lima convocar para consulta seu embaixador em Quito, como forma de protesto à iniciativa do Equador, as autoridades deste país anunciaram a suspensão das obras. A decisão foi ratificada em declaração conjunta elaborada após encontro entre os chanceleres de ambos os países. No entanto, a decisão de Quito de atender as demandas peruanas para a paralisação das obras foi duramente criticada pelo ex-presidente equatoriano Rafael Correa, que a qualificou como “entreguismo vergonhoso”. Por sua vez, fontes da mídia peruana relatam que as obras para a construção do muro prosseguem no lado equatoriano da fronteira. Na fronteira sul, as relações do Peru com o Chile se mostraram muito mais amistosas, com a realização na capital peruana, no dia 07 de julho, do Primeiro Gabinete Binacional Peru-Chile, reunindo autoridades de alto escalão dos dois países, lideradas por seus respectivos chefes de Estado, Pedro Pablo Kuczynski e Michelle Bachelet. Considerada um marco histórico nas relações bilaterais entre Lima e Santiago, a cúpula presidencial, que contou também com a presença de 17 ministros peruanos e 23 ministros chilenos, foi estruturada em torno de cinco eixos temáticos, a saber: assuntos sociais e de cultura para a integração; segurança e defesa; comércio exterior, investimentos e turismo; assuntos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energéticos e mineiros; e questões de desenvolvimento em relação à integração fronteira entre os povos de ambas as nações. Ao final do encontro, mais de 100 entendimentos binacionais foram anunciados em temas como tráfico de pessoas, reconhecimento de licenças de condução automobilística, conservação de áreas naturais marinho-costeiras, entre outros.

Fontes: [El Comercio](#), 06/07/2017; [El Comercio](#), 08/07/2017; [El Comercio](#), 08/07/2017; [BBC](#), 13/07/2017;

Guiana e Bolívia elevam seus potenciais energéticos

Em 25 de julho, a empresa estadunidense Exxon anunciou a descoberta de uma grande reserva de petróleo no mar da Guiana. O poço de Liza guardaria a segunda maior quantidade do combustível já encontrada no país, atrás apenas do poço de Payara, onde a mesma

companhia achou depósitos em 2015. Os dois poços estão dentro de um bloco de exploração chamado Stabroek, que, por sua vez, localiza-se no litoral do território de Essequibo, região cuja soberania é contestada pela Venezuela. Além da Exxon, também exploram o bloco as empresas Hess (estadunidense) e CNOOC (chinesa). Estima-se que a Guiana abrigue agora um total de 2,25 a 2,75 bilhões de barris de petróleo. Para um preço de US\$ 50 por barril, o valor corresponderia a cerca de US\$ 120 bilhões, um aporte exponencial no PIB nacional, atualmente em torno de US\$ 3 bilhões. Já na Bolívia, a empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) avança na meta oficial do governo de Evo Morales de tornar o país um centro energético da América Latina. A companhia assinou acordos para explorar reservas domésticas de gás natural em parceria com a argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) e para vender 4 mil toneladas de gás liquefeito (GLP) ao Paraguai. Também está negociando com a empresa argentina Refinor para que esta importe 240 mil toneladas de GLP por ano; e com o governo do estado brasileiro de Mato Grosso para que este passe a comprar fertilizantes da Bolívia.

Fontes: [La Razón](#), 03/07/2017; [La Razón](#), 04/07/2017; [La Razón](#), 14/07/2017; [Kaiteur News](#), 26/07/2017; [Kaiteur News](#), 29/07/2017.

Ecos da Guerra Fria

O mês de julho foi marcado pelo aumento da tensão nas relações diplomáticas entre Estados Unidos e Rússia. Os fatos se dão no contexto de uma já desgastada relação entre ambos os países nos últimos anos, desde a concessão de asilo político a Edward Snowden por parte do governo russo, passando pelo apoio de Putin ao governo sírio e suspeitas levantadas por agências de inteligência estadunidenses acerca de uma suposta interferência russa nas eleições que levaram Donald Trump à Casa Branca. A despeito do trato cordial e do tom de conciliação que caracterizou a primeira reunião bilateral entre Trump e Vladimir Putin, ocorrida no dia 07 de julho durante a cúpula do G-20, novos acontecimentos vieram à tona e tornaram a levar os dois países ao impasse. O governo estadunidense restringiu o uso de “softwares” produzidos pela Kaspersky Lab, empresa russa de segurança da informação, após alegações veiculadas na mídia afirmando que a empresa colabora sistematicamente com a inteligência russa para espionar os Estados Unidos. Em contrapartida, a Kaspersky alegou ser independente e não compartilhar dados sigilosos com nenhum governo

ou Estado. O governo russo declarou que a ação possui motivações políticas. Poucos dias após o impasse, o Senado estadunidense reforçou as sanções impostas à Rússia, em virtude da alegada interferência na eleição de Trump e à anexação da Crimeia. Em resposta, Putin ordenou a saída de centenas de diplomatas que trabalhavam na embaixada estadunidense na Rússia.

Fontes: [Tass](#), 12/07/2017; [Tass](#), 12/07/2017; [Russia Today](#), 26/07/2017; [Tass](#), 28/07/2017; [Tass](#), 30/07/2017.

China e Rússia apresentam plano para reduzir tensões na península coreana

Em 04 de julho, os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Xi Jinping, chegaram a um acordo para promover iniciativa a fim de solucionar as tensões na península coreana. Esta proposta prevê a moratória dos testes de mísseis norte-coreanos e demais atividades nucleares, assim como a suspensão dos exercícios militares conjuntos entre os EUA e a Coreia do Sul. Em comunicado, os governos russo e chinês também clamaram que todos os lados demonstrem moderação, abstenham-se de atos de provocação e estejam dispostos a dialogar e trabalhar em busca de soluções. Além disso, os dois países manifestaram profunda preocupação com o anúncio da Coreia do Norte sobre o lançamento de um míssil balístico, o que consideraram fato inadmissível, que contradiz resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Por outro lado, frisaram que a instalação do escudo antimísseis dos Estados Unidos na Coreia do Sul representa grave prejuízo para os interesses de segurança estratégica dos países da região. No Conselho de Segurança da ONU, Rússia e China discordaram da proposta dos EUA de impor sanções mais duras à Coreia do Norte e pediram ao governo estadunidense para que trabalhem em uma solução negociada para a atual crise.

Fontes: [Aljazeera](#), 04/07/2017; [Reuters](#), 04/07/2017; [G1](#), 04/07/2017; [Estado de Minas](#), 04/07/2017; [Estadão](#), 04/07/2017; [Exame](#) 05/07/2017.

Cooperação chinesa continua crescendo na África

Em 14 de julho foi noticiado, pelo China Daily, que o fórum de diálogo entre a Academia de Liderança da União Africana (UA) e a Universidade de Zhejiang na Etiópia, com o tema “A luta contra a pobreza: aprendendo com as experiências de redução da pobreza

na China e na África”, demonstrou que o continente africano está interessado em conhecer melhor as políticas chinesas de redução da pobreza. Dos cerca de 1 bilhão de pessoas da população mundial que saíram da pobreza desde 1990, 439 milhões são de nacionalidade chinesa e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), em 2015 o país asiático contribuiu com cerca de 76% do total da população global que abandonou a pobreza extrema. O presidente chinês Xi Jinping lançou recentemente um livro, “Up and Out of Poverty”, no qual afirma que um dos mecanismos de produção do desenvolvimento que o continente africano precisa adotar para erradicar a pobreza é a criação de infraestruturas e indústrias locais, bem como a geração de mercados domésticos. É nesta perspectiva que tem se produzido, no âmbito da Cooperação Sul-Sul, a cooperação chinesa com os países africanos. Em 25 de julho foi assinado acordo entre os governos da China e da Guiné-Bissau, em que ficou acertado que Pequim irá doar US\$ 26 milhões para financiar a obra do porto de pesca de Alto Bandim, em Bissau. Contempla-se também a construção de uma ponte flutuante junto à rampa já existente, a pavimentação e construção de valas de drenagens, de um reservatório de água com capacidade de 1000 metros cúbicos e a limpeza de detritos ao redor do tabuleiro da nova infraestrutura. Os trabalhos devem começar em três meses e as obras terão a duração de dois anos.

Fontes: [China Daily](#), 14/07/2017; [Jornal O Democrata](#), 25/07/2017; [Macauhub](#), 26/07/2017; [Agência de Notícias da Guiné](#), 27/07/2017; [África21digital](#), 28/07/2017; [China Daily](#), 29/07/2017.

Países do “Sul Global” e o Pacto pelo Clima através de Universidades

Universidades de países em desenvolvimento estão se organizando em coalizão para compartilhar e construir um eixo Sul-Sul de conhecimentos sobre o clima, os impactos ambientais e iniciativas de adaptação. A proposta foi lançada em Uganda no final de junho, durante a 11ª Conferência Internacional sobre Comunidades baseadas em Adaptação às Mudanças Climáticas, no dia 05 de julho foi divulgado que é capitaneada pelo Centro Internacional para Mudanças Climáticas e Desenvolvimento, com sede na Universidade de Bangladesh e o Centro de Pesquisas para Mudanças Climáticas e Inovação, da Universidade de Makerere, em Uganda. O projeto se intitula Consórcio para Mudanças Climáticas de Universidades de Países Menos Desenvolvidos (LUCCC, em inglês), junto a mais de dez universidades de nacionalidades

distintas. Países da África e da Ásia, como Gambia, Sudão, Senegal, Butão, Moçambique, Uganda, Etiópia, Tanzânia, Nepal e Bangladesh, já integram o programa e a expectativa é que este número cresça para até 48 países. O LUCCC pretende focar em discussões sobre o desenvolvimento de sistemas de capacitação em cada uma dessas regiões, para que estas possam cumprir com as metas para o clima, previstas principalmente no Acordo de Paris. Essa movimentação nos países do Sul configura um passo importante de análise desses cenários locais, também dando mais autonomia a esses países, para além das produções dos países mais ricos.

Fontes: [The Climate Change News](#), 04/07/2017; [The Daily Star](#), 05/07/2017; [University World News](#), 07/07/2017; [International Center for Climate Change and Development](#), 09/08/2017.

Crises econômicas impactam fluxos migratórios

A crise econômica e política que atinge a Venezuela gera aumento nas solicitações de refúgio em diversos países. Em 17 julho, Willian Spindler, porta-voz Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), informou que de janeiro a julho deste ano o número de venezuelanos solicitantes de refúgio chegou a 52 mil. O continente americano é o principal destino, liderado por EUA e Brasil. O ACNUR trabalha em parceria com os países receptores de forma a monitorar a situação e promover soluções, neste sentido a Superintendência Nacional de Migrações do Peru, informou que até 31 de julho cidadãos venezuelanos poderiam solicitar a Permissão Temporária de Permanência (PTP) que permitirá residência no país e exercer atividades econômicas. A crise econômica também é causa para que refugiados e migrantes na Líbia se dirijam à Europa. O ACNUR encomendou estudo à Altai Consulting, e ao IMPACT Initiatives, divulgado em 03 de julho. As principais conclusões do estudo foram que o país se tornou o trajeto mais comum e perigoso para o continente europeu, e que há presença de migrantes sazonais, econômicos, refugiados e vítimas de tráfico humano. Um grupo xenófobo, alegando defender o continente europeu de uma “africanização”, fretou barco, com verba arrecadada “on-line”, para patrulhar a atuação de ONGs, frear os resgates em águas internacionais e devolver migrantes a Líbia. No dia 05 de julho, 49 migrantes naufragaram no mar de Alborán na Espanha, segundo a Organização Internacional para Migrações (OIM) esta rota é mais perigosa do que para Grécia, ficando

atrás apenas da rota da Líbia em direção à Itália. E nos EUA, no dia 19 de julho, a Suprema Corte autorizou o governo de Donald Trump a impor restrições temporárias ao programa nacional de refugiados. Esta medida permanecerá em vigor até as apelações da Corte Federal, que não têm data marcada para acontecer.

Fontes: [ACNUR](#), 03/07/2017; [El País](#), 05/07/2017; [ONU](#), 06/07/2017; [Peru 21](#), 16/07/2017; [ACNUR](#), 17/07/2017; [Folha de São Paulo](#), 19/07/2017; [El País](#), 20/07/2017

Anistia Internacional e ONU emitem alertas sobre direitos humanos

Desde que os protestos contra o governo do presidente Nicolás Maduro se iniciaram, no último 04 de abril, pelo menos 91 pessoas foram mortas e mais de 1.400 feridas em manifestações. Foi noticiado em 1º de julho que a procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, recorreu à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) e pediu proteção depois de ter sido impedida de sair do país. A Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrou preocupação com o risco de mais violência na Venezuela e a Anistia Internacional denunciou a violação sistemática dos direitos humanos por parte do governo, reforçando que o presidente Nicolás Maduro pode ser julgado por crimes contra a humanidade. No dia 08 de julho, durante a reunião do G-20, Mauricio Macri, presidente da Argentina, denunciou Nicolás Maduro por não respeitar os direitos humanos e a paz social. Na Turquia, um mês após a prisão do presidente do conselho da Anistia Internacional, Taner Kiliç, junto com outros 22 advogados, dez novas detenções arbitrárias de ativistas pelos direitos humanos causam preocupação de organizações internacionais. Os ativistas foram presos no dia 05 de julho sob a alegação de pertencerem a organizações terroristas, e o escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) alertou para o risco de tortura que podem sofrer na prisão. No Iraque, pelo menos 426 civis foram mortos e mais de 100 feridos na batalha entre a coalizão liderada pelos EUA, forças iraquianas e o Estado Islâmico, na região ocidental de Mossul. O relatório da Anistia Internacional revelou a gravidade da situação, informando que o Estado Islâmico (EI) usou civis como escudo humano.

Fontes: [DN](#), 01/07/2017; [ONU](#), 07/07/2017; [La Nación](#), 08/07/2017; [Anistia Internacional](#), 11/07/2017; [Anistia Internacional](#), 18/07/2017;

[El País](#), 20/07/2017; [UN Media](#), 28/07/2017; [Anistia Internacional](#), 31/07/2017.

Os 110 anos de Frida Kahlo e os direitos da mulher nas relações internacionais

Em 06 de julho de 2017, comemorou-se os 110 anos de Frida Kahlo, artista mexicana e alemã que, segundo Eli Bartra – autora de “Frida Kahlo, Mujer, ideología, arte” -, se tornou mito por expressar nos autorretratos a condição de ser mulher. Apesar de nunca ter se autodeclarado feminista, Frida exerceu influência pintando seu sofrimento, questões pessoais e pouco debatidas, como o ativismo de esquerda, bissexualidade e três abortos espontâneos. No mercado de trabalho, as mulheres encontram resistências para progredir, conforme já tratamos em edições anteriores, e Frida é um exemplo de exceção no seu ofício. Mulheres têm desistido de liderar empresas devido às pressões internas e externas, de acordo com pesquisa realizada pela consultoria americana McKinsey e divulgada no dia 09 de julho de 2017, pelo Jornal O Globo. Nesta mesma reportagem também foi enfatizado que mais de 1.400 empresas de diversos países estão comprometidas com os Princípios de Empoderamento da Mulher (Weps – sigla em inglês), no entanto, para Adriana Carvalho, gerente de empoderamento da ONU Mulheres, é necessário avançar no “investimento em treinamentos, mentoria e visibilidades às mulheres de alto escalão”. Para a consultora do programa de liderança feminina Springboard, Corinne Giely-Eloi, os erros que prejudicam a mulher são: opção por um padrão masculino, culpa, autopromoção de multitarefa e desconhecimento sobre a arte de delegar, além da pouca disposição para prática de “networking”, isto é, fazer contatos profissionais. Na Argentina, esses fatores somados à ocupação da mulher na informalidade contribuem para o resultado da Pesquisa Permanente de Lares, divulgada em julho de 2017 pelo El País sobre o primeiro trimestre do ano, evidenciando que os ricos argentinos são homens e brancos, enquanto as pobres são mulheres e negras. A Suécia, um “paraíso de igualdade”, nas palavras do El País, convive com o paradoxo da violência contra a mulher, motivo pelo qual foi encerrado, no mês de julho de 2017, um dos festivais mais populares de música, em Bravalla, devido a quatro estupros e 23 denúncias de agressão sexual.

Fontes: [BBC Brasil](#), 02/07/2017; [El País](#), 04/07/2017; [El País](#), 05/07/2017; [O Globo](#), 09/07/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

